

Ata nº 15/2020

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e vinte, às dezenove horas, reuniram-se nesta Casa Legislativa, sob a presidência da vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva, os vereadores Gelso Soares de Brito, Gilmar Lopes de Souza, Isabel de Oliveira Elias, José Sérgio de Carvalho, Jucimar Borges da Silveira, Loreno Feix, Sandro Drum e Teodoro Jair Dessbessel. A Presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura de um texto bíblico que em pé foi ouvido. Posteriormente o secretário fez a leitura da Ata nº 14/2020 que foi posta em discussão, votação e aprovada por unanimidade. O secretário fez a leitura do Ofício do Poder Executivo nº 170/2020 – Encaminha Projetos de Lei nº 2622, 2623 e 2624/2020. O secretário fez a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 2620, de 24 de abril de 2020 – Autoriza o Poder Executivo municipal a realizar a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 43.120,00 (quarenta e três mil cento e vinte reais) no orçamento vigente, que veio com parecer favorável das duas Comissões. O secretário fez a leitura da Emenda Supressiva ao Projeto de Lei. Posteriormente a Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 2620/2020 que foi posto em votação e reprovado por cinco votos, os vereadores Teodoro Jair, Sandro, Loreno, Gilmar e José Sérgio votaram contra o Projeto de Lei. O secretário fez a leitura da Indicação nº 14/2020 – Vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva - Sugere ao Poder Executivo que providencie um auxílio financeiro no valor de até R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para os empresários do ramo de transporte coletivo do Município, que não possuem outra renda, e que estão com sua atividade prejudicada em função da pandemia de Coronavírus. A vereadora defendeu sua Indicação. O secretário fez a leitura da Indicação nº 15/2020 – Vereador Sandro Drum – considerando que solicitou recurso para a área da Saúde de Salto do Jacuí, tendo o pedido atendido pelo Deputado Federal Giovani Feltes, que

destinou R\$ 200.000,00 para aquisição de material, equipamentos e manutenção da Secretaria de Saúde de Salto do Jacuí, sugere que, do valor oriundo da emenda parlamentar, seja adquirido um respirador e EPI para os profissionais da saúde que atuam no Hospital Municipal Dr. Aderbal Schneider. O vereador defendeu sua Indicação. O secretário fez a leitura da Indicação nº 16/2020 – Vereador Sandro Drum – Sugere ao Poder Executivo que, do aditivo que será realizado no projeto da obra do asfalto, seja incluído a colocação de asfalto da Rua Andrade Neves até a Rua Adolfo José Danzmann. O vereador defendeu sua Indicação. O secretário fez a leitura da Indicação nº 17/2020 – Vereadora Isabel de Oliveira Elias – Sugere ao Poder Executivo que efetue a equiparação salarial dos servidores concursados no cargo de vigilante ao salário dos demais servidores que atuam na função. A vereadora defendeu sua Indicação. O secretário fez a leitura da Indicação nº 18/2020 – Vereadores da Bancada do MDB – Sugere ao Poder Executivo que realize a contratação de empresa de segurança privada, habilitada conforme a legislação vigente, para a vigilância dos prédios públicos do Município. Os vereadores Gilmar e Teodoro Jair defenderam a Indicação. O secretário fez a leitura da Indicação nº 19/2020 – Vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva – Sugere ao Poder Executivo que envie para o Legislativo Municipal, Projeto de Lei que cria e implementa, em âmbito municipal, o Programa Municipal de Práticas Integrativas e Complementares e de Educação Popular em Saúde (PMPICEPS), cuja finalidade é oferecer tratamento preventivo para evitar doenças físicas e psicológicas. O programa já existe em várias cidades do nosso Estado e é reconhecido, inclusive, pelo Ministério da Saúde. Além disso, nesse momento em que estamos preocupados em nos manter saudáveis e imunes às doenças respiratórias, à Covid e também em dispor de boa saúde mental, é de suma importância a implementação de práticas que possam contribuir e minimizar os efeitos da Pandemia. Sendo assim, é a presente

indicação de extrema importância e urgência para que, com a implementação das PICS, nossa comunidade possa dispor de mais um serviço voltado à prevenção de doenças. Em anexo o modelo do projeto. A vereadora defendeu sua Indicação. Estão baixados nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo nº 2616, de 26 de março de 2020 – Altera os arts. 13 e 24 da Lei Municipal 1.388/2005 visando a consolidação da legislação previdenciária com base na Emenda Constitucional 103/2019 e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2617, de 15 de abril de 2020 – Extingue cargo em comissão e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2619, de 24 de abril de 2020 – Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências; e Projeto de Lei do Executivo nº 2621, de 24 de abril de 2020 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar processo seletivo simplificado e contratar por tempo determinado, por excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal e art. 76 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências. Estão baixando nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo nº 2622, de 14 de maio de 2020 – Cria a Coordenadoria Municipal da Mulher, com cargo em comissão de coordenadora, Fundo Municipal de Direitos da Mulher, Conselho Municipal de Direitos da Mulher e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2623, de 14 de maio de 2020 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e dá outras providências; e Projeto de Lei do Executivo nº 2624, de 14 de maio de 2020 – Autoriza a contratação emergencial temporária, na forma do artigo 37, IX da Constituição Federal e artigo 76 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências. Na Tribuna Parlamentar o vereador Sandro Drum comentou sobre a poda das árvores e azaléias da Avenida Maia Filho; disse que a Secretaria da Saúde deveria usar mais a imprensa para manter a comunidade informada; questionou se a técnica em segurança do trabalho está indo fiscalizar nos postos

de saúde e hospital para verificar se os servidores estão tendo os EPIs obrigatórios; por fim, disse que os postos de saúde de Capão Bonito e Tabajara continuam fechados desde o mês de março. Nada mais havendo a se tratar, às vinte horas e trinta minutos, a Presidente encerrou os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada por quem de direito: